

ESTUDO DE UMA MODALIDADE DE

JOGO

NO

MERCADO

BRASILEIRO

2014

1

INTRODUÇÃO

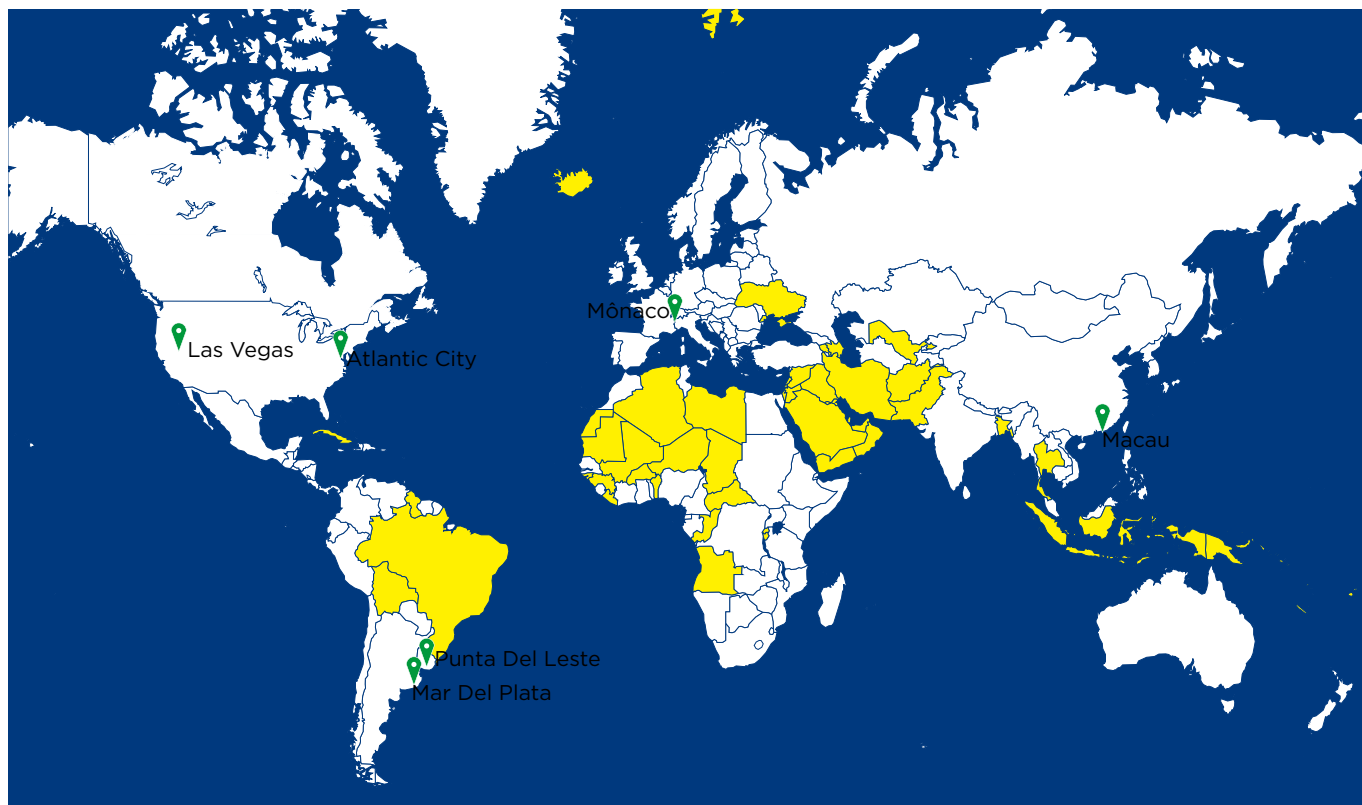
INTRODUÇÃO

AS ECONOMIAS MODERNAS reconhecem nas várias modalidades de jogo um expediente lúdico legítimo e, ainda, gerador de receitas expressivas para o poder público. Na América do Norte o movimento bruto anual de apostas atinge 120 bilhões de dólares; na Europa, 102 bilhões de dólares; seguidos pelo Oriente Médio e Ásia, com 75 bilhões; América Latina com 17 bilhões e Oceania com 16,5 bilhões de dólares. Trata-se, como se vê, de um negócio de vulto. Contemplando a atividade nessa dimensão, chegam a soar ridículos os argumentos contrários que apontam, por exemplo, o risco da ludopatia.

Há que se ressaltar, ainda, que o advento das modernas tecnologias fizeram dos jogos de azar

uma atividade remota, sendo possível apostar, de forma legal ou ilegal, fora do país - o que constitui uma visível modalidade de fuga de divisas. O estudo 'O Brasil e o jogo ilegal', apresentado pelo editor do portal Boletim Novidades Lotéricas - BNL durante o Congresso Nacional de Jogo - BgC, realizado em novembro de 2013 no Rio de Janeiro, estimou que, no Brasil, as apostas pela internet atinjam R\$ 2 bilhões/ano.

Na maioria dos países os jogos de azar são entendidos como atividades econômicas, liberadas para o exercício do setor privado e sobre ele incide imposto e regulamentação como para outras atividades quaisquer. Ao observarmos o mapa a seguir, notaremos



que os países que entendem os jogos de azar como contravenção são, em sua maioria, islâmicos - com a notável exceção do Brasil.

Os benefícios públicos decorrentes variam de país para país, assim como variam as alíquotas aplicadas ao valor bruto das apostas. Nos Estados Unidos, os recursos obtidos são aplicados em educação e saúde; na Alemanha, em esportes, cultura e ação social; na Finlândia, em artes e ciências; na Inglaterra, em esportes, saúde, ação social e artes; em Portugal, em saúde e em bem estar infantil - e assim por diante.

Ora, a modernidade do Estado exige que todas as atividades econômicas se dêem dentro de um **marco regulatório** e que todas contribuam para os fundos públicos, tornando-se coresponsáveis pelo desenvolvimento do país. Do lado do indivíduo, por sua vez, é facultado amplo direito de escolha, como consumidor. Assim, a existência de atividades marginais, informais ou ilegais, é um dos problemas cruciais para o Estado e para o cidadão, e as políticas públicas no geral tratam de criar atrativos suficientes para a formalização, estabelecendo condições para o seu exercício e fazendo sobre elas incidirem as taxas (como licenças de funcionamento) e impostos. Assim, a ilegalidade do jogo do bicho no Brasil é um anacronismo que urge combater, exigindo-se do Estado um propósito firme e claro para a sua formalização.

Mas embora caracterize uma atividade “tipicamente brasileira”, seja pela sua história, seja pela ampla penetração popular, **o jogo do bi-**

cho é considerado também como pouco afinado com o ideal de Estado moderno na medida em que está condenado, pelo marco jurídico, à informalidade e, portanto, **impedido de integrar os fundos públicos através do recolhimento de impostos e das contribuições sociais devidas aos trabalhadores**. Os argumentos que fundamentam essa marginalização são todos calcados em preconceitos históricos que é preciso discutir e afastar do marco jurídico brasileiro.

O segundo aspecto antes apontando - contribuir para a seguridade social dos trabalhadores - como veremos, já vai sendo discutido através de várias decisões da justiça do trabalho; mas o recolhimento de impostos ainda continua bloqueado por concepções moralistas e policialescas sobre a atividade, o que é preciso superar o quanto antes a bem do próprio Estado e da cultura popular de lazer.

De fato, uma prática popular persistente, com mais de 121 anos de existência, a sua maioria na ilegalidade e

clandestinidade, é, no mínimo, uma anomalia ou aberração jurídica que representa, paradoxalmente, uma forma única de **renúncia fiscal** do Estado.

O presente estudo, ao apresentar uma breve radiografia do setor, pretende contribuir com argumentos para que os legisladores e demais *stakeholders* possam firmar ou aclarar sua convicção em prol da supressão dessa anomalia jurídica que tanto prejuízo traz para os cofres públicos e para a normalidade da vida dos cidadãos.

“Entre o banqueiro e o apostador, cria-se um laço de alta densidade moral, similar ao que o jogador tem com seu bicho íntimo, doméstico ou favorito – o bicho que é o objeto de suas esperanças (...) que, como um talismã, promove a reencarnação da honra e reciprocidade (...). Essa é, a meu ver, a base ideológica que produz a aceitação do banqueiro como um mecenas” (Roberto DaMatta, *Águias, burros e borboletas*)

2

O DESPERTAR PARA OS ESTUDOS DO JOGO DO BICHO

SÃO AINDA POUCOS os estudos que consideram o jogo do bicho como atividade econômica. Por outro lado, assiste-se ao despertar da academia para essa realidade da cultura popular.

Apesar das dificuldades de acesso oriundas da ilegalidade da atividade, foram feitas algumas pesquisas relevantes sobre o jogo do bicho. Entre elas podemos citar a tese de mestrado de Romulo Labronici que faz a etnografia do jogo, apresentando um retrato de sua prática no Rio de Janeiro. Foca os chamados pontos, como lugar de atuação dos bicheiros, um trabalho cuja rotina lida com problemas com a lei, além de outras tantas adversidades. Procura observar as interações entre bicheiros e apostadores no momento da produção de uma aposta do jogo do bicho.

Também temos o trabalho sobre repressão policial em Porto Alegre da virada do Século XIX para o XX feita por Calos Torcatto. A pesquisa historiográfica aborda as práticas do Jogo do Bicho em Porto Alegre no final do Século XIX e início do XX. Para isso, o pesquisador analisa os discursos do legislativo, as fontes criminais das fichas policiais e dos julgamentos e aponta a tendência proibicionista do Estado e, ao mesmo tempo, centralizadora do controle dos jogos de azar para a esfera do governo Central.

E não poderíamos deixar de citar a clássica obra de Roberto DaMatta e Elena Soarez – Águias, Burros e Borboletas - um estudo antropológico do Jogo do Bicho. O ensaio aborda o jogo do bicho como parte do cotidiano dos brasileiros percorrendo a história e sociologia do jogo. Para os autores, ele deve ser lido como uma “instituição total” na qual até os símbolos

precisam ser analisados enquanto representativos da cultura popular. Os autores entendem que há uma profunda ligação entre as mudanças sociais ocorridas na virada do século e a difusão do jogo.

Ainda no campo das Ciências Sociais outro trabalho muito importante é o livro de Amy Chazkel, *Laws of chance: Brazil's clandestine lottery and the making of urban public life*. Para a autora, a proibição do jogo do bicho do final do século XIX e início do XX está ligada principalmente ao projeto do governo, principalmente federal, de controlar a esfera pública em dois aspectos – o espaço urbano e a arrecadação de impostos.

Outro campo com trabalhos relevantes sobre o jogo do bicho é o Direito. São trabalhos como o de Rodrigo Carelli que tratam da nulidade das relações trabalhistas dentro do jogo do bicho, ou de Katie Arguello que estuda o projeto de criminalização desta prática. Todos esses trabalhos são listados com referências completas em anexo a este relatório.

Portanto, para o objetivo que aqui nos interessa, resta perguntar: por que os estudos do impacto econômico da atividade sobre a sociedade em geral encontram-se em descompasso com os estudos acadêmicos no campo da antropologia, da sociologia e da história? Seguramente estudos econômicos fornecem argumentos que mostram a impropriedade do marco regulatório atual e, por isso, possuem impactos indesejados sobre os governantes que, de resto, possuem eles melhores condições de realizar essas investigações.

3

FATOS RELEVANTES DA HISTÓRIA E CULTURA DO JOGO DO BICHO

A CULTURA DOS “jogos de sorte” (erroneamente traduzidos, em mal francês, como “jogos de azar”, idioma no qual “azar” quer dizer **aleatório**, sem o sentido de “má sorte”, como entre nós) remonta ao início do século XIX, seguindo prática já corrente na Europa desde o século XV. O mais antigo registro remete a Salvador, quando a primeira loteria é instaurada em 1809 objetivando angariar fundos para a construção do teatro da cidade. Depois, na década de 1840 as loterias são promovidas pelo Tesouro Nacional com o intuito de aumentar os recursos financeiros para auxiliar o estabelecimento de fábricas no país.

E é com esse espírito que as loterias se disseminam - ora controladas pela Corte, ora pelas províncias - como expedientes para financiar obras de benemerência, como hospitais, além de obras públicas, tendo sido inclusive listadas como forma de capitalização do fundo emancipatório dos escravos, conforme consta do artigo 3º da Lei do Ventre Livre de 1871. Esse seria composto pelas taxas de escravos; impostos sobre transmissão de propriedade de escravos e seis loterias anuais, isentas de impostos, mais a décima parte de todas as outras loterias concedidas a particulares.

Conforme estampava um jornal carioca em 1878, “a jogatina campeava na cidade”. Faziam-se fortunas na roleta, nas cartas, no lasquenê, no bazará, no dado e na víspera, havendo muita roubalheira em favor dos banqueiros, ao mesmo tempo em que a polícia, atendendo aos códigos morais dos segmentos superiores, buscava “ordenar”, disciplinar e “proteger” o cidadão.

Mas, por que passaram a ser perseguidas? No geral, as interpretações apontam para a emergência, logo no início do período republicano, da iniciativa do governo para que os jogos de azar fossem monopólio do Governo Central. Nessa época havia uma grave inflação e crise financeira - a chamada política do *Encilhamento* - propiciando grande especulação financeira na bolsa de valores, que era entendida como uma modalidade de jogo, assim como o jogo do bicho. Porém a divisão que se segue entre “jogo” e “negócio” criou o clima para a marginalização da prática popular, agora diferenciada das práticas especulatórias das elites.

Concebido como um simples “sorteio dos bichos” que se processava diariamente no Zoológico em Vila Isabel, a partir de 1892, logo o jogo do bicho transformou-se em atividade disseminada pela cidade, através dos “vendeiros”, sendo possível jogar sem ir ao Zoológico; assumindo a seguir a feição de um jogo onde era possível apostar-se em um dos 25 bichos selecionados, preservando a empatia entre o apostador e o número de sua escolha sob forma de animal. Em seguida, pelo estrondoso sucesso do jogo, passam a surgir os intermediários que “bancam” o jogo (financiam) - os *bookmakers* - formando uma pequena legião que leva o bicho a competir com as demais formas de loterias federais, já na República.

Mas, desde 1894, vê-se a predisposição pública contra ele. O jogo de azar passa a ser um “problema” para as autoridades republicanas, que também pretendiam utilizar as apostas como canal de financiamento, pela institucio-

nalização de uma loteria federal através da criação da Companhia das Loterias Nacionais. Essa a razão que leva à proibição do jogo em 1895, pelo decreto nº 133, impulsionando também a sua “profissionalização” à margem da proibição, visto que o jogo do bicho contava com grande popularidade e credibilidade nos mecanismos de aposta. Num certo sentido, começava a se apresentar como uma força econômica indestrutível, visto que atendia a uma clara demanda popular.

A partir da proclamação da República nota-se também a tendência de concentrar a administração das loterias no governo Federal e eliminar as loterias estaduais e particulares. O Código Penal, promulgado em 1890, já retira da esfera local a capacidade de autorizar os jogos de azar e o proíbe em todo o território nacional. Essa política afeta diretamente o jogo do bicho, pois, para este, recaem duas grandes diretrizes do proibicionismo – primeiro, a sua administração compete basicamente a particulares. A segunda, o seu caráter popular. O desejo modernizador da elite, que buscava padrões europeus de comportamento, tornou o jogo do bicho ilegal em oposição a outros jogos, como as corridas de cavalos e a Loteria.

E não custa muito a surgir, depois da proibição, uma modalidade de relação espúria entre o jogo e a polícia. Já em 1913, o chefe de polícia do Rio de Janeiro é acusado de conluio com o jogo do bicho. Depois, muitas serão as

notícias dando conta das pressões da Companhia das Loterias Nacionais em prol da repressão policial à atividade, especialmente ao longo das décadas de 1910 e 1920, destacando-se a campanha popular significativamente conhecida como “Mata-Bicho”. E, finalmente em 1946, o governo Dutra desfere potente golpe no jogo do bicho, sendo criminalizado junto com outros jogos de azar (Decreto-Lei nº 9.215).

As razões diretas, alegadas para essa proibição, vão desde o moralismo do Presidente Dutra

e sua mulher, a religiosa Dna. Santinha, que teria interferido pessoalmente solicitando a medida ao marido, até uma alegada contribuição do jogo do bicho ao Partido Comunista Brasileiro, também declarado ilegal. O importante é que, como analisa o antropólogo Roberto DaMatta, “essa marginalização jurídica ajudou a fixá-lo na paisagem urbana brasileira como sua atividade lúdica mais duradoura e popular. Tal como ocorreu com as religiões afro-brasileiras, a

“Como se soubesse que tudo o que é formalmente proibido tem alto potencial transformador, a sociedade manteve o jogo do bicho nos seus interstícios, essas zonas a salvo das normas burguesas.” Roberto DaMatta

proibição do jogo do bicho foi um fator essencial para a sua difusão, aceitação, penetração e generalização na consciência popular. Como se soubesse que tudo o que é formalmente proibido tem alto potencial transformador, a sociedade manteve o jogo do bicho nos seus interstícios, essas zonas a salvo das normas burguesas. Isso mais uma vez confirma o elo desarmônico e até mesmo conflitivo entre sociedade e Estado nacional ou “governo”, como diz o povo do Brasil” (Da Matta, pág. 38)

4

CONHECIMENTO DA INFORMALIDADE OU *SHADOW ECONOMY*

O *JOGO DO BICHO* integra o rol de atividades informais da economia brasileira. Os anos 1990 correspondem ao período no qual surgem e se consolidam, no plano internacional, os estudos econômicos sobre atividades a-legais, informais, denominadas shadow economy (“economia da sombra”) com a finalidade de entender os seus impactos sobre a economia como um todo de um país. Tais estudos se desenvolveram especialmente no âmbito dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - **OCDE**, e também estimulados pelo **Banco Mundial**, tendo como principal autor o economista Friedrich Schneider, do *Institute for the Study of Labor* da Johannes Kepler University of Linz, Áustria.

Através de vários métodos e técnicas estatísticas, os estudos de Schneider e sua equipe¹ puderam dimensionar a shadow economy para 162 países da OCDE, da Ásia, África e Américas, em relação ao PIB de cada um deles para o ano 2006/7, permitindo uma visualização comparativa do tipo ao lado.

Do ponto de vista geral, os estudos de Schneider e sua equipe de colaboradores mostram claramente que a dinâmica da economia informal depende: a) do aumento das taxações diretas ou indiretas; b) do incremento das contri-

buições da seguridade social; c) da ampliação da regulação econômica; d) da baixa qualidade das instituições estatais; e) do baixo sentido moral das taxações; f) do alto desemprego e, g) do baixo PIB per capita. Estas conclusões indicam claramente que a atitude do setor público tem efeito **indireto** sobre o tamanho da economia informal e afeta **diretamente** a moral impositiva.

Como os analistas argumentam, o cumprimento das obrigações fiscais é impulsionado por um contrato impositivo que implica direitos e obrigações dos contribuintes e cidadãos, por um lado, mas também, por outro, do Estado e de suas autoridades fiscais. Os contribuintes são mais fortemente inclinado a pagar os seus impostos ao obter serviços públicos valiosos em troca se eles são tratados como parceiros em um contrato (fiscal), em vez de subordinados meramente a uma relação hierárquica impositiva.

Do ponto de vista da força de trabalho ocupada (PEA) nas atividades informais, estima-se que, no Brasil, ela chega a 49,2%, ou 22,5% da população total, ao passo que num país como o Paraguai ela corresponde a 41% e 15,4% respectivamente - segundo dados reunidos pelo Banco Mundial.

1 Dentre centenas deles, são os principais estudos aqui considerados: Andreas Buehn e Friederich Schneider, “Corruption and the Shadow Economy: a structural equation model approach”, IZA Discussion Paper nº 4162, may 2009; Andreas Buehn, Claudio E. Montenegro, Friedrich Schneider, “Shadow Economies all over the World. New Estimates for 162 contries from 1999 to 2007”, Policy Research Working Paper 5356, The World Bank Development Research Group, july 2010; Friederich Schneider, “The Shadow Economy and Shadow Economy Labor Force: What Do We (Not) Know?”, IZA Discussion Paper nº 5769, june 2011.

ESTUDO DE UMA MODALIDADE DE JOGO NO MERCADO BRASILEIRO

POSIÇÃO NO RANKING	PAÍS	% DO PIB INFORMAL
1º	SUIÇA	8,5
2º	ESTADOS UNIDOS	8,6
3º	LUXEMBURGO	9,7
4º	ÁUSTRIA	9,7
5º	JAPÃO	11,0
9º	CHINA	12,7
13º	FRANÇA	15,0
39º	INDIA	22,2
45º	ARGENTINA	25,3
62º	MÉXICO	30,0
105º	BRASIL	39,0
151º	BOLÍVIA	66,1

Fonte: Andreas Buehn, Claudio E. Montenegro, Friedrich Schneider, "Shadow Economies all over the World. New Estimates for 162 contries from 1999 to 2007", Policy Research Working Paper 5356, **The World Bank Development Research Group**, july 2010.

5

O ESTIGMA DO
“CRIME” E A CORRUPÇÃO:
QUAL A RAZÃO
DESSA ASSOCIAÇÃO?

O GRANDE PARADOXO da proibição do jogo do bicho foi a sua incondicional legitimidade e apoio popular. Essa relação clara e límpida entre o apostador e o bicheiro formaram uma verdadeira comunidade de interesses, sempre ameaçada pela polícia, e essa a razão pela qual a corrupção policial passou a ser mais um problema da equação formada pela criminalização do jogo.

Atirado na *shadow economy*, o jogo do bicho passa a suprir, paulatinamente, os serviços “públicos” demandados pelos seus usuários e pelo pessoal envolvido nos seus serviços. Ele absorve em geral os aposentados, as pessoas com limitações de aprendizado e que tem dificuldades para conseguir emprego, suprimindo-as com um assistência social, auxílio saúde e auxílio funerário.

Toda essa cadeia é protegida pelos benefícios, ensejando a possibilidade de ser acosada pela corrupção policial. Como mostra um estudo recente sobre a corrupção e a *shadow economy* (Friedrich Schneider, *Shadow Economies and Corruption All Over the World: What Do We Really Know?*, setembro de 2006): “a corrupção em geral surge para sustentar as

atividades da shadow economy na medida em que os seus empreendedores precisam estar seguros de não serem detectados pelas autoridades públicas. Assim, a shadow economy e a corrupção reforçam-se mutuamente, visto

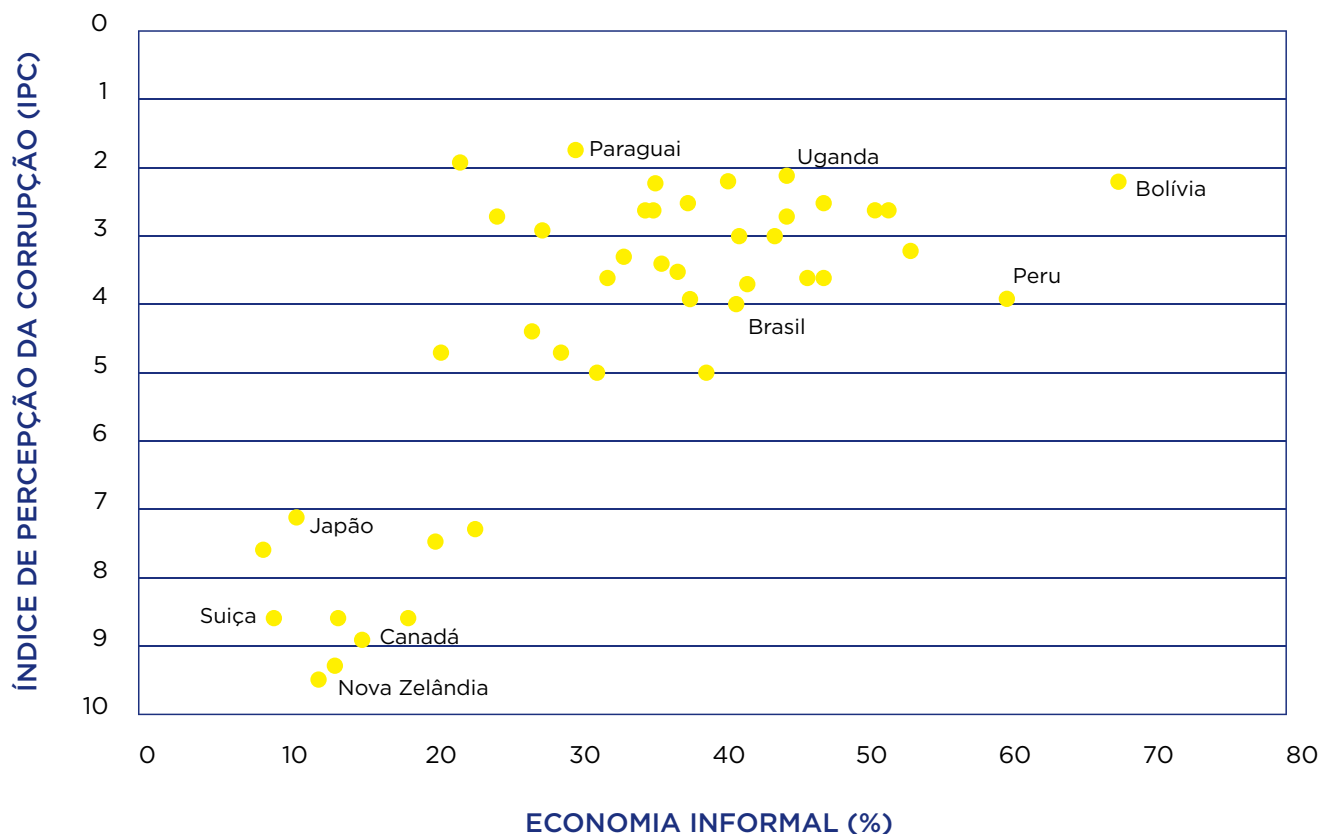
que a corrupção é necessária para a expansão da shadow economy e - ao mesmo tempo - as atividades clandestinas requerem pagamento de subornos e corrupção. O empreendedor da shadow economy, para obter certa receita adicional, é natural que sofra o assédio dos agentes públicos exigindo subornos e benefícios pessoais do mercado clandestino. Nos países de baixa renda é natural uma relação positiva (complementar) entre corrupção e shadow economy”. Como comentou um sábio servidor público,

“Em qualquer grande cidade brasileira as áreas com índices de criminalidade mais baixos são as que cercam os pontos do jogo do bicho, que assim faz o trabalho da polícia. Em muitos casos, o jogo do bicho suplementa o salário de policiais, dando aos agentes da ordem pública a remuneração justa que o Estado não pode dar. Em vez de o governo legitimar o jogo do bicho, acho que devia acontecer o contrário: o jogo do bicho contravencionar o país e submeter governo e governantes a seus rígidos princípios morais” (Luis Fernando Veríssimo, Veja, 29 de julho de 1987)

“em geral o que se deixa de pagar para o fisco, paga-se para servidores públicos corruptos”.

Não bastasse o amplo noticiário de jornal dando conta das ações policiais contra o jogo do bicho, bem como sobre policiais que escolhem essa atividade como fonte de rendas ilegais e ilegítimas, os estudos teóricos que analisam a relação entre economia informal e corrupção

O ESTIGMA DO “CRIME” E A CORRUPÇÃO: QUAL A RAZÃO DESSA ASSOCIAÇÃO?



têm o entendimento que os dois fenômenos são diretamente proporcionais. É o que se conclui da aplicação de uma fórmula estatística² a 51 países, entre 2000 e 2005. Os resultados, expressos no gráfico a seguir, apontam que altos níveis de economia informal estão relacionados com altos índices de corrupção, e que um lugar com alto índice de informalidade na economia influencia mais a corrupção do que o caso oposto, corroborando a visão da literatura.

A posição do Brasil é a 17ª no ranking, sendo que os piores são países como Paraguai, Indonésia e Uganda e os melhores classificados por este estudo são Nova Zelândia, Singapura e Canadá. Assim, a melhor hipótese de trabalho é aquela que nos indica a corrupção como algo diretamente relacionada à ilegalidade do jogo do bicho, transformando agentes públicos inescrupulosos nos verdadeiros interessados pela manutenção do **status quo**.

² O eixo da Economia Informal expressa a porcentagem que esta ocupa na economia de um país. Os valores são de um estudo feito por Schneider entre 2001 e 2003. O eixo do IPC (Índice de Percepção da Corrupção) vem a partir de um estudo de referência da ONG Transparência durante o mesmo período. Os valores vão de 0 a 10, onde 10 representa a nota máxima. O estudo completo está em BUEHN, Andreas & SCHNEIDER, Friedrich. “Corruption and the Shadow Economy: A Structural Equation Model Approach”. *Discussion Paper* nº4182, Maio 2009.

6

O IBGE E OS REGISTROS SOBRE O JOGO DO BICHO

A PRIMEIRA QUESTÃO que devemos nos colocar quando estudamos um assunto de ampla repercussão social - como o jogo do bicho - é se existem estatísticas nacionais confiáveis para caracterizar a atividade, especialmente do ponto de vista econômico. No caso brasileiro isso significaria encontrar registros úteis no órgão responsável pelas estatísticas nacionais - o IBGE.

Na *Relação de Códigos de Ocupação da PNAD 2011*, o código 925 é referente a **Agente no Jogo do Bicho**. Já no *Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - Estruturas de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares*, do mesmo IBGE, no Quadro 1 - *Procedimentos para a redistribuição das ponderações de subitens excluídos das estruturas de ponderações de bens e serviços da Região Metropolitana de São Paulo - IPCA*, o sub-item 7201233 refere-se ao jogo do bicho, que aparece na agregação 7201063, “jogo de azar”, que inclui ainda loteria esportiva, loteria federal e estadual, lotomania, raspadinha, quina, supersena, rifa e outros jogos e apostas.

No questionário da POF 2008-2009, página 26, aparecem os campos para registro das várias modalidades de jogos e apostas no período, inclusive jogo do bicho, registrando-se a **forma de aquisição**, o **valor** e o **local de aquisição**. No entanto, na publicação *Orçamentos Familiares 2008-2009: Despesas, rendimentos e condições de vida* (IBGE, Rio de Janeiro, 2010) não há qualquer registro ou menção referente a jogo

do bicho. A ausência desse registro específico é justificada na metodologia da mesma pesquisa, onde se lê (pág. 32):

*“O A lista de subitens ‘excluídos’ (os pesos foram redistribuídos em toda estrutura, no grupo, item ou subitem(ns) similar(es), conforme o caso) das estruturas de ponderação, obtidas a partir da POF 2002-2003, por dificuldade de coleta de preços é a que segue: ovo de páscoa, leite de vaca fresco In natura, alimentação subsidiada (cesta básica), sacolão, alimentação em viagem, transporte de mercadorias, taxa de telefone comunitária, enfeite de árvore de natal, álbum de fotografia, toldo de lona, enfermeira, advogado, contador, comissão de imobiliária, **jogo do bicho**, manutenção de jazigo, reforma de jazigo, corretor, taxas do serviço de proteção ao crédito, aula particular, taxas e caixa escolares”.*

Desse modo, conclui-se que embora o IBGE detenha informações relevantes sobre a atividade, úteis para o nosso estudo, não as disponibiliza publicamente por razões metodológicas, obrigando-nos a proceder por estimações próprias - que consiste no processo de se atribuir um valor a um parâmetro para o qual não se conhece o valor absoluto - conforme tópico seguinte de nosso estudo.

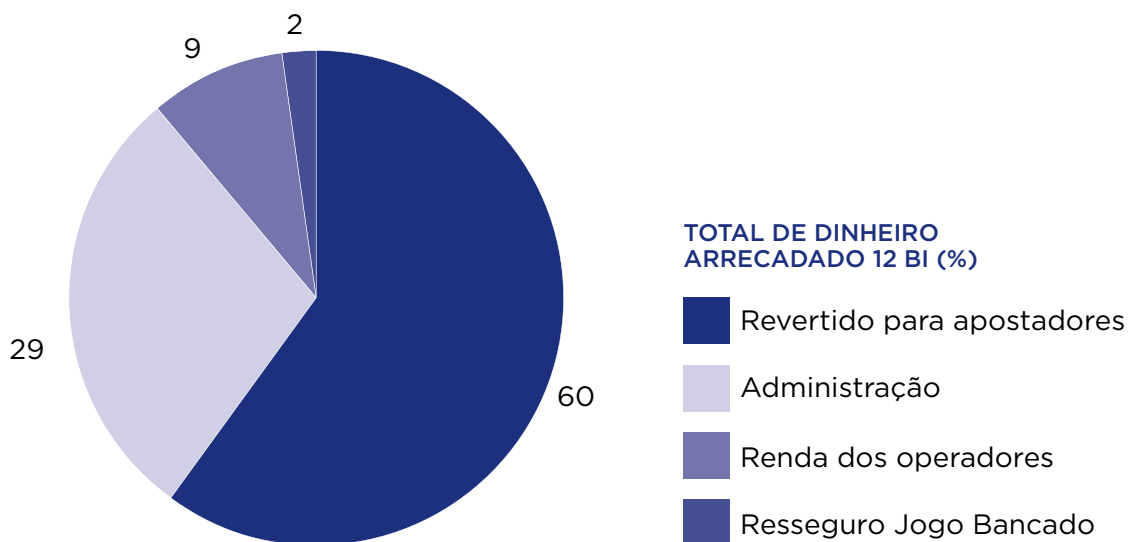
7

ESTIMAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS SOCIO-ECONÔMICOS DO JOGO DO BICHO

PESQUISA DE CAMPO realizada pelo editor do BNL para produção do estudo 'O mercado do jogo ilegal no Brasil' colhidas diretamente no setor, em oito estados (Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Mato Grosso e Santa Catarina) e projeções para os demais estados, também a partir de conhecimento direto, permitiram determi-

nar alguns valores que suportam as projeções feitas a seguir. Do mesmo modo, o BNL utilizou também como fonte o noticiário de jornal, dando conta de quantos pontos foram fechados e quanto de dinheiro foi apreendido em cada operação dessas, confrontando com informações fornecidas por operadores. Assim, temos como premissas:

ESTIMATIVAS DAS MOVIMENTAÇÕES RELATIVAS AO JOGO DO BICHO 2012



ESTUDO DE UMA MODALIDADE DE JOGO NO MERCADO BRASILEIRO

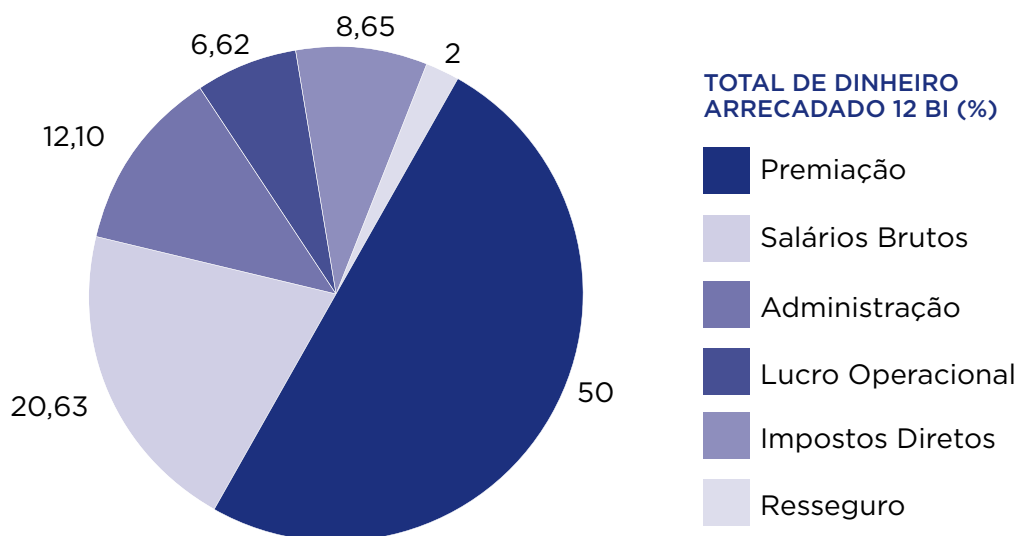
JOGO DO BICHO	2012	2012
TOTAL DINHEIRO ARRECADADO	100%	R\$ 12 BILHÕES
REVERTIDO PARA APOSTADORES	60%	R\$ 7,2 BILHÕES
ADMINISTRAÇÃO (*)	29%	R\$ 3,48 BILHÕES
RENDAS DOS OPERADORES	9%	R\$ 1,2 BILHÕES
RESSEGURO JOGO BANCADO	2%	R\$ 240 MILHÕES
TOTAL DE PESSOAS QUE JOGAM	N.A.	20 MILHÕES
GASTO ANUAL DE PESSOAS QUE JOGAM	N.A.	R\$ 600
EMPREGOS INFORMAIS	N.A.	500 MIL

A partir desses números considerados bons por especialistas - e apesar de toda a repressão e das condições desfavoráveis que representam a informalidade para o pleno exercício de um negócio - é possível projetar o impacto da legalização do jogo do bicho, isto é, enquadrar a arrecadação na estrutura tributária do país, considerando ainda a sua conta-salário e

os recolhimentos que provocaria a sua legalização.

O Jogo do Bicho não tem uma legislação tributária própria, devido ao fato de ser ilegal, portanto vamos supor que seus tributos seguem da mesma forma que lotéricas. Assim, é possível apresentarmos o impacto na distribuição da arrecadação de apostas no jogo do bicho:

SIMULAÇÃO: JOGO SE TORNANDO LEGAL E A NOVA DIVISÃO DE PORCENTAGENS



ESTIMAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS SOCIO-ECONÔMICOS DO JOGO DO BICHO

JOGO DO BICHO	% RELATIVA	R\$ (bilhões)	R\$ (bilhões)	% SOBRE ARRECADAÇÃO
TOTAL DE APOSTAS ARRECADADAS			12,00	100%
IMPOSTOS DIRETOS			1,04	8,65%
*ICMS (% sobre arrecadação)	0,0%	0,00		
*ISS (% sobre arrecadação)	5,0%	0,60		
*PIS (% sobre arrecadação)	0,65%	0,08		
*COFINS (% sobre arrecadação)	3,0%	0,36		
RESSEGURO (% sobre arrecadação)	2,0%		0,24	
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA			10,72	89,35%
PREMIAÇÃO			6,00	50%
MARGEM OPERACIONAL			4,72	39,35%
SALÁRIOS BRUTOS			2,48	20,63%
*INSS EMPREGADO (% sobre salário bruto)	8%	0,26		
SALÁRIOS LÍQUIDOS		3,04		
ADMINISTRAÇÃO			1,45	12,11%
OUTRAS DESPESAS		0,18		
*INSS EMPREGADOR (% sobre salário bruto)	20,0%	0,66		
ENCARGOS SALARIAIS¹ (% sobre salário bruto)	31,4%	1,04		
LUCRO OPERACIONAL			0,79	6,62%
IMPOSTO SOBRE LUCRO			0,27	2,2%
*CSLL (% sobre lucro operacional)	9%	0,07		
*IRPJ (% sobre lucro operacional)	25%	0,20		
LUCRO LÍQUIDO			0,52	4,4%
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES TOTAIS			2,00	16,7%

Como se percebe, com a inclusão de tributos e contribuições toda a distribuição de gastos sofreu mudanças, permanecendo constante apenas o salário bruto e outros custos. O restante teve sua porcentagem sobre a arrecadação variada de:

1. O prêmio (arrecadação que volta para o apostador) diminuiu de 60% para 40%, ainda se tornando atrativo para o apostador.
2. O lucro líquido (renda do operador) diminuiu de 9% para 4,1%: Se antes atingia R\$ 1,2 bilhão, na nova situação, esse valor cai para R\$ 490 milhões.
3. A verba direcionada para o Governo, que antes era nula, é calculada agora pela soma de tributos e contribuições, totalizando 18,5% do total de arrecadações por apostas, tendo um valor de R\$ 2,22 bilhões.

Realizando um estudo mais comparativo em relação a outros seguimentos, é apresentado a seguir o imposto referido ao IPI da indústria de Fumo, Bebidas e Automóveis.

1. IPI - FUMO R\$ 4,077 bilhões
2. IPI-BEBIDAS R\$ 3,147 bilhões
3. IPI-AUTOMÓVEIS R\$ 4,126 bilhões
4. Loerias - R\$ 5,210 bilhões

Assim, percebe-se que a regulamentação do Jogo do Bicho proporcionaria ao Governo uma arrecadação de quase metade daquela proporcionada pelo IPI na indústria do fumo ou de automóveis, e de dois terços do IPI na indústria de Bebidas. Pode-se imaginar o impacto sobre o Tesouro que causaria uma súbita cessação de atividades de algum setor como esses. No entanto, estamos acostumados a **pensar sem o impacto positivo que derivaria da legalização pura e simples do jogo do bicho**. Por preconceitos, cálculos caolhos, ausência de marco regulatório, a União, Estados e Municípios realizam uma verdadeira “renúncia fiscal” que, de outra maneira, fomentaria em muito a oferta de bens e servi-

ços públicos. No entanto, de nada vale “chorar sobre o leite derramado”. O que podemos dizer sobre o futuro que está na dependência dos legisladores e do poder Executivo alcançar?

Separaremos o estudo da evolução do jogo do bicho em quatro cenários, cada um com um estímulo de crescimento diferente. O primeiro cenário leva em consideração o Jogo continuar ilegal e com seu desenvolvimento apenas pelo crescimento do PIB per capita do Brasil, do período de 2012 até 2020. Os outros cenários levam em consideração, além do crescimento do PIB per capita, a legalização do jogo que resultaria em um incentivo ao jogo. Esse incentivo se consiste no aumento da quantidade de apostadores no ano em que o jogo se torne legal. Os quatro cenários são:

- O primeiro cenário consiste em considerar que o jogo permaneça ilegal. Neste caso, a arrecadação crescerá apenas proporcionalmente ao aumento do PIB per Capita e ao aumento da população.
- O segundo cenário considera que o jogo seja legalizado e incentivado. Neste caso, estima-se que a quantidade de pessoas crescerá em 50% pelo incentivo advindo da legalização e da premissa de que a mídia e o Governo venham a apoiar a atividade. Além de crescer anualmente devido ao aumento do PIB per Capita.
- O terceiro cenário considera que o jogo seja legalizado, porém sem nenhum incentivo por parte da mídia e do Governo, seguindo um caminho imparcial. Neste cenário, estima-se que o crescimento da quantidade de apostadores seja de 30%, dado que a ilegalidade do jogo inibiu muitas pessoas, e apenas sendo legal, já seria uma oportunidade da atividade crescer.
- O quarto cenário se consiste no jogo sendo

legalizado, entretanto sendo alvo de críticas negativas, inibindo a população de apostar no jogo do bicho. Neste caso, apesar da situação negativa ainda estima-se um crescimento de 10% na quantidade de apostadores pelo fato de que a atividade reverte boa parte da renda para os apostadores, e também por ser uma atividade cultural forte no Brasil.

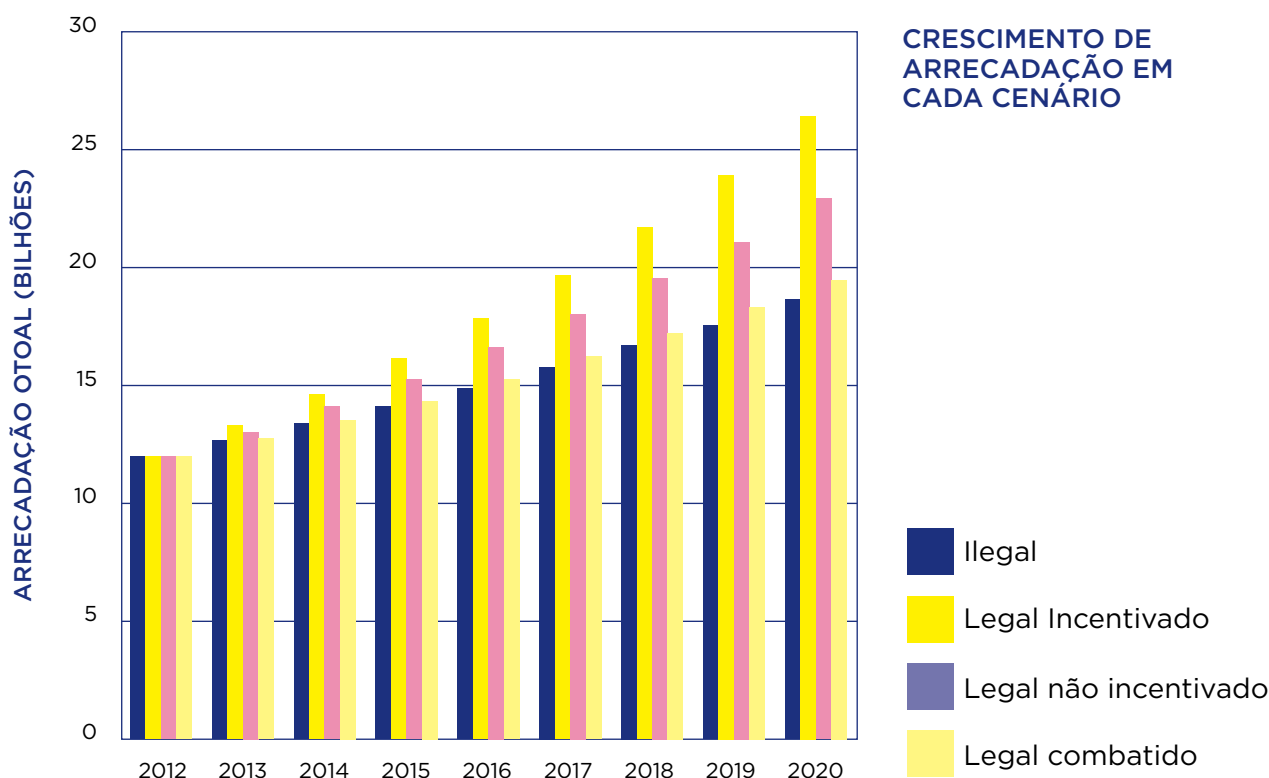
Os dados a seguir foram calculados a partir das seguintes estimativas:

- O PIB per capita Brasileiro deve crescer em 40% de 2012 a 2020, o que equivale a um crescimento médio anual de 4,3%.³
- A população Brasileira deve ser de 212.077.375 pessoas em 2020, o que equivale a um crescimento médio anual de 0,65%.⁴

Com esses dados, estimou-se:

1. O gasto anual das pessoas aumenta com o crescimento do PIB per capita (4,3% ao ano)
2. A quantidade de pessoas que jogam aumenta com o crescimento anual da População (0,65%)

A partir das estimativas e dos dados, foi possível calcular o crescimento anual das arrecadações, quantidade de jogadores e empregos associados ao jogo do bicho. A diferença de cada cenário cresce ao longo do tempo, tornando o jogo legalizado e incentivado cada vez maior perante os outros. Observando uma comparação quantitativa, eis os resultados calculados da expectativa de arrecadação total no ano de 2020.



³ Fontes: http://www.fecomercio.com.br/?option=com_institucional&view=interna&Itemid=12&id=4988

⁴ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/29/populacao-brasileira-deve-comecar-a-diminuir-em-2043-diz-ibge.htm>

1. Primeiro Cenário – R\$ 18,629 bilhões
2. Segundo Cenário – R\$ 26,479 bilhões
3. Terceiro Cenário – R\$ 22,964 bilhões
4. Quarto Cenário – R\$ 19,448 bilhões

O primeiro cenário tem um crescimento médio de 5,65% ao ano, o segundo tem um de 10,39% ao ano. O terceiro com 8,44% e o quarto com 6,22%.

O número total de apostadores, pessoas que jogam, cresce muito mais também no segundo cenário. O gráfico mostra o crescimento anual de cada um dos cenários, levando em conta o aumento da população. Os dados estimados em 2020 são os seguintes:

1. Primeiro Cenário – 22,177 milhões de apostadores
2. Segundo Cenário – 31,523 milhões de apostadores
3. Terceiro Cenário – 27,338 milhões de apostadores
4. Quarto Cenário – 23,153 milhões de apostadores

Vale ressaltar também que a quantidade de empregos gerados pelo jogo do bicho também muda com o cenário. Sendo:

1. Primeiro Cenário – 776.223 empregos
2. Segundo Cenário – 1.103.317 empregos
3. Terceiro Cenário – 956.841 empregos
4. Quarto Cenário – 810.345 empregos

A quantidade de mão de obra é alta devido ao baixo salário pago ao empregado, que não necessita de alguma qualificação específica. O Jogo do Bicho pode empregar aqueles que não teriam oportunidade em outro lugar, como idosos, deficientes e outras pessoas incapazes de gerar a própria renda.

Todos esses cálculos foram feitos com base apenas no crescimento do PIB e da população brasileira, além da consideração de crescimento esperado em cada cenário.

8

MARGINALIZAÇÃO JURÍDICA E POLÍTICA DE UMA ATIVIDADE POPULAR

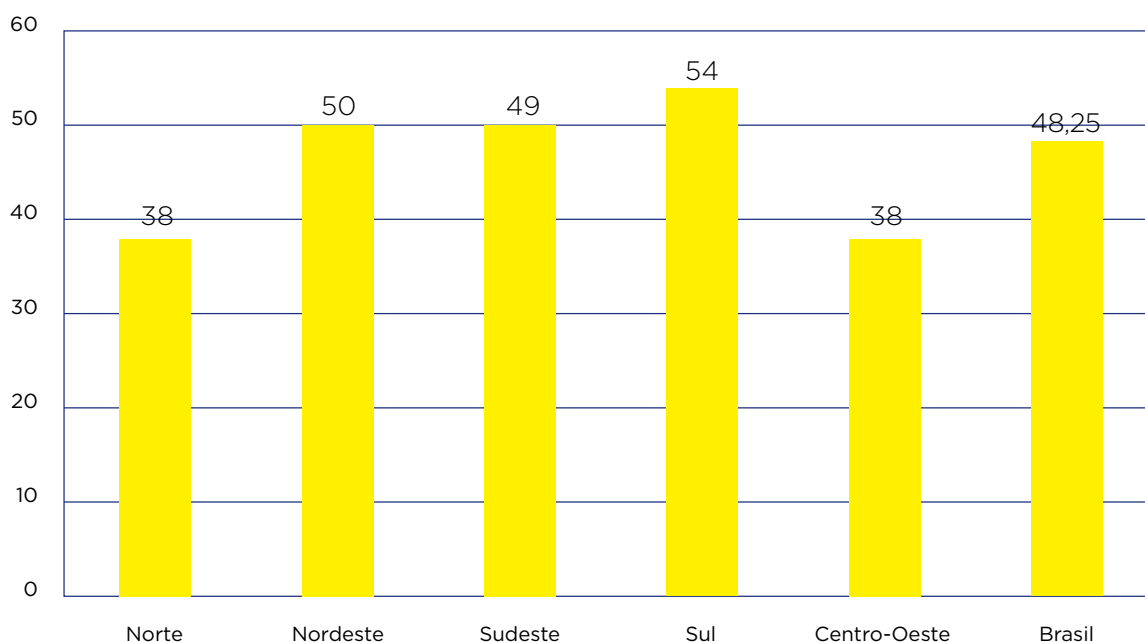
NA CONTRAMÃO DAS grandes economias do mundo, na contramão do interesse público, persiste o Estado brasileiro na política caolha de marginalizar o jogo do bicho, fazendo-o presa fácil da corrupção em vez de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. E o faz, também, por não ouvir a opinião pública que, quando consultada, manifestou-se claramente pela legalização do jogo.

Pesquisa promovida pelo Senado Federal, sobre a legalização do jogo do bicho, revelou que a opinião pública nacional está dividida praticamente ao meio sobre a questão, sendo que sua aceitação varia por região. Muito da rejeição da legalização se deve ao fato de se achar que

a atividade está ligada ao crime organizado.

No entanto, com base preconceito infundado é que o Código Penal, em revisão através do PLS 236/2012, torna ainda mais severas as sanções legais contra o jogo do bicho, nos seus artigos 258 e 267. Explorar jogo de azar resulta em prisão! E o conceito é: “considera-se jogo de azar aquele realizado com fins de lucro e cujo resultado não dependa preponderantemente da habilidade do jogador”. Ou seja, veda-se o lucro (hoje monopólio da União) e supõe-se que a sorte do jogador deva ser sempre fruto exclusivo da habilidade, reduzindo-se a nada o aspecto lúdico aleatório. O argumento usado separa o jogo do bicho de outros tipos de jogos

PORCENTAGEM DE ARRECADAÇÃO DO JOGO DO BICHO



MARGINALIZAÇÃO JURÍDICA E POLÍTICA DE UMA ATIVIDADE POPULAR

ESTADO	NÚMERO DE BANCAS FECHADAS
ACRE	0
ALAGOAS	1
AMAZONAS	0
AMAPÁ	16
BAHIA	24
CEARÁ	13
DISTRITO FEDERAL	0
ESPÍRITO SANTO	9
GOIÁS	1
MARANHÃO	0
MINAS GERAIS	323
MATO GROSSO DO SUL	3
MATO GROSSO	3
PARÁ	102
PARAÍBA	49
PERNAMBUCO	0
PIAUÍ	6
PARANÁ	34
RIO DE JANEIRO	99
RIO GRANDE DO NORTE	1
RONDÔNIA	0
RORAIMA	0
RIO GRANDE DO SUL	49
SANTA CATARINA	144
SERGIPE	75
SÃO PAULO	36
TOCANTINS	0

de azar, como a loteria, mantendo a velha idéia de que é preciso salvar o cidadão do “vício”.

Desde então tem-se o entendimento que o Governo Federal regula essas atividades. Mas podemos ver duas exceções significativas. A primeira é a Paraíba, onde o jogo do bicho circulou por mais de 50 anos sem restrições. A lei estadual que dava autonomia ao governo estadual para administração das loterias e criou a Lotep data de 1955. Assim, as bancas tinham licença para funcionar, os banqueiros eram credenciados como agentes lotéricos e pagavam a taxa mensal ao governo. Agripino Maia, em 1967, quando recebeu um pedido do comandante do 4º Exército para que acabasse com o jogo do bicho respondeu “então consiga outro empregos para as quatro mil pessoas que trabalham com isso”. Apenas em 2011 o Tribunal Regional Federal da 5ª região impediu que a Lotep continuasse atuando desta forma. Em Pernambuco ocorreu algo semelhante em 1979, com a criação da AVAL – Associação dos Vendedores Autônomos de Loterias. Entre idas e vindas, a situação mudou quando em 2007 a Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal, determinou o fechamento das loterias estaduais. Segundo a AVAL, essa decisão tirou o emprego de 50 mil pessoas.

A instabilidade da política do Estado brasileiro pode ser verificada nos números de apreensões que variaram por unidade da federação, em 2013 conforme tabela a seguir (dados apresentados ao Congresso Brasileiro de Jogo realizado no Rio de Janeiro em 2013 e disponíveis no site BNL). Podemos perceber que, enquanto alguns estados apresentam números altos,

como Minas Gerais, com 323 bancas fechadas, outros, como Pernambuco, não apresentam ocorrências desse tipo. Contra o argumento moralista que se arrasta na nossa legislação há mais de meio século, esses dois casos - da Paraíba e Pernambuco - deveriam ser estudados para que se possa aquilatar verdadeiramente os benefícios e supostos malefícios da prática do jogo do bicho às claras, à luz do dia.

Dentre os malefícios - está óbvio - encontra-se a impossibilidade de caracterizar o contrato de trabalho como um vínculo legal nos termos da legislação pertinente. Apesar de algumas decisões em primeira instância a favor dos trabalhadores desse setor, o TST tem o entendimento que todos os processos movidos pelos que trabalham com o jogo do bicho são inválidos a partir da jurisprudência que prevê como ilícita a atividade:

Orientação Jurisprudencial 199/TST SDI I. Relação de emprego. Jogo do bicho. Contrato de trabalho. Nulidade. Objeto ilícito. CCB, arts. 82 e 145. CLT, art. 3º. «É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico.» Republicada no DEJT 16, 17 e 18/11/2010 (inserção de ementa). Redação anterior: «199 - Jogo do bicho. Contrato de trabalho. Nulidade. Objeto ilícito. CCB, arts. 82 e 145.» 3

A primeira decisão com base nesse consenso aconteceu em 08/11/2000 tendo como referências os processos anteriores.⁵

5 Ver particularmente: E-RR 258.644/96 - Min. José L. Vasconcellos - DJU 17/12/99 - Decisão por maioria.; E-RR 280.729/96 - Min. Moura França - DJU 14/05/99 - Decisão por maioria; E-RR 148.304/94 - Ac. 734/97 - Min. Francisco Fausto - DJU 04/04/97 - Decisão unânime; E-RR 1.379/88 - Ac. 685/91 - Min. Ermes P. Pedrassani - DJU 30/08/91 - Decisão por maioria; RR 307.685/96 - Ac. 2ª T. - Min. Bráulio Bassini - DJU 16/04/99 - Decisão unânime; RR 309.635/96 - Ac. 3ª T. - Min. José P. Schulte - DJU 14/05/99 - Decisão unânime; RR 293.387/96 - Ac. 4ª T. - Min.

9

FONTES UTILIZADAS NO TRABALHO

- ABRABIN, Reflexões sobre jogos no Brasil, 2013.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda, An Estimation of the Underground Economy in Brazil, IBRE-FGV / FGV Projetos, 2012, <http://www.oecd.org/ctp/tax-global/An%20Estimation%20of%20the%20Underground%20Economy%20%20in%20Brazil.pdf>
- BUEHN, Andreas & SCHNEIDER, Friedrich, "Corruption and the Shadow Economy: a structural equation model approach", IZA Discussion Paper nº 4162, may 2009; http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CEwQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Fpublication%2F45142742_Corruption_and_the_shadow_economy_a_structural_equation_model_approach%2Ffile%2Fd912f5099b15ea6300.pdf&ei=UAKCU9P-Bc3okAfgwoAg&usg=AFQjCNGgRsFAWlv9KsBNC46syN8ESVzK7w&sig2=QddN2lzpQAqNkRAugFABQw
- BUEHN, Andreas; MONTENEGRO, Claudio E. & SCHNEIDER Friedrich. "Shadow Economies all over the World. New Estimates for 162 contries from 1999 to 2007", Policy Research Working Paper 5356, The World Bank Development Research Group, july 2010, http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2010/10/14/000158349_20101014160704/Rendered/PDF/WPS5356.pdf
- BUEHN, Andreas & SCHNEIDER, Friedrich, Andreas, Shadow Economies and Corruption All Over the World: Revised Estimates for 120 Countries, Economics, <http://www.economics-ejournal.org/economics/journalarticles/2007-9>
- BUEHN, Andreas & SCHNEIDER, Friedrich, ,Shadow Economies in Highly Developed OECD Countries: What Are the Driving Forces?, IZA DP No. 6891, 2012
- CHAZKEL, Amy. Laws of Chance – Clandestine Lottery and the making of the Urban Public Life. Durham: Duke University Press, 2011.
- DAMATTA, Roberto e SOÁREZ, Elena. Águias, Burros e Borboletas: Um Estudo Antropológico do Jogo do Bicho. Rio de Janeiro: Rocco. 1999.
- IBGE, Classificação Nacional de Atividades Econômicas, IBGE, Rio de Janeiro, 2007.
- LABRONICI, Rômulo Bulgarelli. Para todos vale o escrito: uma etnografia do jogo do bicho. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense 2012.
- SCHINEIDER, Friedrich, The Shadow Economy and Shadow Economy Labor Force: What Do We (Not) Know?, IZA DP No. 5769, jun. 2011.
- SCHINEIDER, Friederich, CHIARINI, Elisabetta, MARZANO, Bruno, Tax Rates and Tax Evasion: An Empirical Analysis of the Structural Aspects and Long-Run Characteristics in Italy, IZA DP No. 3447, 2008
- SILVA, Luis Antonio Machado da, "Jogo do bicho e escolas de samba: um caminho de mão dupla", Revista de História, 2007, <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/conteudo-complementar/jogo-do-bicho-e-escolas-de-samba-um-caminho-de-mao-dupla>
- TORCATO, Carlos Eduardo. A repressão Oficial ao Jogo do Bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917). Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2011.

Sites:

BNL – Boletim de Notícias Lotéricas. Disponível em: <http://www.magocom.com.br/bnl/default.aspx> . Acessado em dez/2013.

FECOMERCIO. Disponível em: http://www.fecomercio.com.br/?option=com_institucional&view=interna&Itemid=12&id=4988. Acessado em dez/2013

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> . Acessado em dez/2013.

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/29/populacao-brasileira-deve-comecar-a-diminuir-em-2043-diz-ibge.htm> . Acessado em dez/2013.

<http://www.legjur.com/sumula/tst-sdi-i-orientacao-jurisprudencial-n-199/#topo> . Acessado em dez/2013

Legislação:

Apresentação do Projeto de Lei nº 2944/2004 pelo Dep. Valdemar Costa Neto http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=197585&filename=Tramitacao-PL+2944/2004

Apresentação do Parecer do Relator, CFT, pelo Dep. João Dado http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=656143&filename=Tramitacao-PL+270/2003

Apresentação da Complementação de Voto, CFT, pelo Dep. João Dado http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=664885&filename=Tramitacao-PL+270/2003

Apresentação do Parecer do Relator, CCJC, pelo Dep. Regis de Oliveira http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=686187&filename=Tramitacao-PL+270/2003

Ato Declaratório – Rejeição da Medida Provisória nº 168 no Senado Federal <http://www.magocom.com.br/bnl/legislacaoDetalhe.aspx?cod=180>

Circular CAIXA nº 202 de 06/12/00 – Regulamenta a atividade de jogos de bingo <http://www.magocom.com.br/bnl/legislacaoDetalhe.aspx?cod=62>

Circular CAIXA nº 210 de 06/02/01 – Regulamenta os procedimentos de autorização, fiscalização e prestação de contas de jogos de bingo <http://www.magocom.com.br/bnl/legislacaoDetalhe.aspx?cod=200>

Convênio CAIXA-INDESP – Para prestação de contas de jogos de bingo <http://www.magocom.com.br/bnl/legislacaoDetalhe.aspx?cod=59>

Decisão favorável em Mandado de Segurança com pedido de Liminar (São Carlos – SP) <https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.abrabin.com.br%2Fuploads%2Ffiles%2Fsaocarlos.pdf>

Decisão favorável em Agravo de Instrumento no TRF do Rio de Janeiro <http://www.magocom.com.br/bnl/noticia.aspx?tipo=2&cod=999>

Decisão favorável aos Bingos de Niterói em Agravo no TRF do Rio de Janeiro <http://www.magocom.com.br/bnl/noticia.aspx?tipo=2&cod=896>

Decreto-Lei 3.688 de 03/10/1941 - Lei das Contravenções Penais <http://www.>

- planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm
- Decreto-Lei 9.215 de 30/04/1946 - Proíbe jogos de azar http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9215.htm
- Decreto 981/93 de 11/11/93 - Regulamenta a Lei nº 8.672 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0981.htm
- Decreto Estadual nº 39.387 de 14/10/94 - Autoriza Bingos no Estado de São Paulo <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1994/decreto%20n.39.387,%20de%2014.10.1994.htm>
- Decreto Estadual nº 40.497 de 29/11/95 - Dispõe sobre realização de sorteios <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1995/decreto%20n.40.497,%20de%2029.11.1995.htm>
- Decreto nº 3.659 de 14/11/00 Regulamenta a autorização e a fiscalização dos bingos http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3659.htm
- Decreto nº 191 de 02/10/03 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial sobre Bingos <http://www.magocom.com.br/bnl/legislacaoDetalhe.aspx?cod=129>
- Lei 8.672 de 06/07/93 - Lei “ZICO” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8672.htm
- Lei 9.615 de 24/03/98 - Lei “PELÉ” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm
- Lei 9.981 de 14/07/00 - Lei “MAGUITO” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9981.htm
- Lei 10.264 de 16/07/01 - Lei “PIVA” http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm
- Medida Provisória nº 1.926 de 22/10/99 - Altera dispositivos da Lei Pelé https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1926.htm
- Medida Provisória nº 2.011-6 de 28/03/00 - Altera dispositivos da Lei Pele [http://www.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisFederais/2000_NormasJuridicas\(TextoIntegral\)_MPV_002011_%2028_03_2000.jsp](http://www.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisFederais/2000_NormasJuridicas(TextoIntegral)_MPV_002011_%2028_03_2000.jsp)
- Medida Provisória nº 2.049-24 - Extingue o INDESP e considera no art. 26 exploração de bingos como serviço público de competência da União <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/102386/medida-provisoria-2049-24-00>
- Medida Provisória nº 2.216-37 - No art. 17 repete o art. 26 da MP 2.049-24 <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/100937/medida-provisoria-2216-37-01>
- Medida Provisória nº 168 de 20/02/04 - Proíbe a exploração de jogos de Bingo <http://www.magocom.com.br/bnl/legislacaoDetalhe.aspx?cod=170>
- Notícias sobre decisão favorável de 26/03/10 na 24ª Vara Federal de São Paulo <http://aasp.jusbrasil.com.br/noticias/2130051/juiz-federal-autoriza-funcionamento-de-bingo-com-cartela> <http://expresso-noticia.jusbrasil.com.br/noticias/2128497/justica-autoriza-bingo-com-cartela-em-sao-paulo>
- Parecer com Complementação de Voto, Dep. Regis de Oliveira http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=692669&filename=Tramitacao-PL+270/2003
- Parecer da CCJC publicado no Diário da Câmara dos Deputados de 30/09/09 <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD30SET2009.pdf#page=314>

FONTES UTILIZADAS NO TRABALHO

- Parlamentar sobre a representação contra o Senador Demóstenes Torres <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/05/03/veja-a-integrado-relatorio-de-humberto-costa-sobre-demostenes-torres>
- Portarias do INDESP <http://www.vilasboasconsultoria.com.br/legisla/bingo/portinde.htm>
- Projeto de Lei de Conversão nº 7 de 14/06/00 http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/detalhes.asp?p_cod_mate=44797
- Projeto de Lei nº 270/2003 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=105832>
- Projeto de Lei nº 1.986/2003 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=133372>
- Projeto de Lei nº 2.944/2004 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=153275>
- Projeto de Lei nº 2.999/2004 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=154359>
- Projeto de Lei nº 3.492/2004 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=252012>
- Projeto de Lei nº 2.254/2007 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=372688>
- Projeto de Lei nº 2.429/2007 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=376784>
- Projeto pronto para a pauta http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=824632&filename=Tramitacao-PL+2944/2004
- Sumula Vinculante nº 2 de 30/05/07 do Supremo Tribunal Federal www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=2.NUME.%20E%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes
- Relatório Final da CPI dos Bingos <http://www.senado.gov.br/comissoes/CPI/Bingos/RelFinalBingos.pdf>
- Relatório Final da CPI dos Bingos (Resumo) <http://www.senado.gov.br/comissoes/CPI/Bingos/ResumoCPIBingos.pdf>
- Relatório do Senador Humberto Costa para o Conselho de Ética e Decoro Decisão favorável sobre pedido de Liminar (Bauru – SP) <https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.abrabin.com.br%2Fuploads%2Ffiles%2Fbauru.pdf>

